

## CABELO OCULTO, CABELO QUE OCULTA: DISCUTINDO GÊNERO, RELIGIÃO E SUBJETIVIDADE

Raquel de Barros Pinto Miguel<sup>1</sup>  
Derick Henri Guirunas<sup>2</sup>  
Mateus Córdova de Souza<sup>3</sup>  
Rafaela Carolina Nardi<sup>4</sup>

### Resumo

O presente artigo se baseia em pesquisa que teve como objetivo investigar o significado dos cabelos para mulheres evangélicas e muçulmanas no Brasil. Para tanto foram realizadas entrevistas com quatro mulheres, duas de cada religião, e consulta aos livros sagrados dessas religiões. As informações foram analisadas seguindo os preceitos da Análise de Discurso Francesa. Através da análise pôde-se destacar alguns temas: iniciação e identificação com a religião, lugar das mulheres na religião, vaidade e reflexões sobre os significados do cabelo. Por fim, os discursos examinados permitiram vislumbrar o lugar do cabelo como um marcador social. Espera-se, dessa forma, contribuir para estudos na interface gênero e religião.

**Palavras-chave:** cabelo; gênero; religião; subjetividade

### Abstract

This article is based on a study that aimed to examine the meaning of hair for both evangelical and Muslim women in Brazil. Therefore, interviews were done with four women (two of each religion) as we turned to their holy books. The collected data were analyzed according to the French Discourse Analysis, thereby we could reflect on the meanings of hair, the vanity, and emphasize women's religious initiation and identification, as well as their roles in religion. Lastly, the examined discourses allowed us to see hair as a social marker. We hope to supply studies on gender and religion interface this way.

**Keywords:** hair; gender; religion; subjectivity

---

<sup>1</sup> Possui graduação e mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Ciências Humanas pela mesma universidade. Pós-doutorado pela Université Paris Diderot - Paris 7 e pela Université Paris 13 - Sorbonne Paris Cité. Docente do curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Ações em Gênero, Educação, Mídia e Subjetividade (NUGEMS), pesquisadora vinculada ao Laboratório de Psicologia Escolar e Educacional (LAPEE) e ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC).

<sup>2</sup> Estudante de graduação em Psicologia na Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC (Campus Videira). Bolsista voluntário de Iniciação Científica no Núcleo de Estudos e Ações em Gênero, Educação, Mídia e Subjetividade (NUGEMS/UFSC).

<sup>3</sup> Estudante de graduação em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista voluntário de Iniciação Científica no Núcleo de Estudos e Ações em Gênero, Educação, Mídia e Subjetividade (NUGEMS/UFSC).

<sup>4</sup> Estudante de graduação em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista voluntária de Iniciação Científica no Núcleo de Estudos e Ações em Gênero, Educação, Mídia e Subjetividade (NUGEMS/UFSC).

## Introdução

São inúmeros os significados que podem ser atribuídos ao cabelo, podendo este ser tido como importante fonte para compreender a constituição dos sujeitos ao longo da história (SERRANO-BARQUÍN, et al., 2018). Diferentes cortes, cores, texturas, penteados, comprimentos, bem como sua ausência ou ocultamento, fazem dos cabelos um marcador social que oferece pistas sobre significados referentes a gênero, religião, geração, status, poder, cultura, raça e etnia. Assim, o cabelo pode ser entendido como um discurso social e cultural que comunica acerca da maneira como o sujeito apresenta-se ao mundo.

Olhar para os cabelos nos permite uma aproximação a questões que já vêm sendo abordadas pelas Ciências Humanas acerca da constituição de subjetividades e modos de estar no mundo. Nesse ponto, cabe ressaltar que ainda que seja possível encontrar autores/as nas humanidades que tenham o cabelo como foco de estudo, uma breve consulta a bases de dados nacionais e internacionais aponta o quanto é exígua a produção sobre esse tema.

Como exemplo, pode-se citar que na base Capes - banco de teses e dissertações - cerca de menos de 20% das referências encontradas diante do descritor “cabelo” correspondem a trabalhos oriundos das Ciências Humanas. Predominam pesquisas nas áreas da Saúde e da Química. Entre as teses e dissertações vinculadas às humanidades que têm o cabelo como tema de estudo, prevalecem pesquisas da área da Antropologia e da Sociologia. A grande maioria destes aborda questões relativas ao cabelo de mulheres negras.

Entre as referências encontradas, que servirão de pontos de diálogo para as discussões que serão aqui tecidas, pode-se citar o trabalho do sociólogo canadense Anthony Synnott (2002). O autor afirma que o cabelo é um dos símbolos mais poderosos de identidade pessoal e coletiva. Dessa forma, é possível afirmar que o cabelo representa tanto uma performance individual quanto uma performance de grupo, sendo ao mesmo tempo pessoal e público. Nessa mesma direção, Adriana Quintão (2013, p. 23) argumenta, em sua dissertação, que “O cabelo, e o que é feito com ele, pode ser um aspecto cultural bastante relevante no estudo das dinâmicas de segregação e inclusão em uma sociedade”.

Esse jogo entre indivíduo e grupo, pessoal e público, segregação e inclusão, fica ainda mais explícito quando se pensa na interface cabelo e religião. Não é de hoje que os cabelos são alvo de discursos religiosos. Discursos que são voltados, sobretudo, para as

mulheres. Mesmo que se possa encontrar referências bíblicas à força atribuída aos cabelos de Sansão (e sua conseqüente fraqueza diante da traição de Dalila que ordenou que os cabelos de seu amante fossem cortados), é o cabelo das mulheres o foco das recomendações e regras doutrinárias de distintas vertentes religiosas. Seja entre judeus<sup>5</sup>, cristãos ou muçulmanos, em diferentes momentos da história os cabelos das mulheres têm sido vistos como símbolo de vaidade e/ou instrumento de sedução e tentação aos homens (QUINTÃO, 2013).

Até hoje, muitas dessas religiões, por exemplo, recomendam às mulheres que cubram seus cabelos, sob o argumento de que, ao evitar a tentação, estarão se protegendo. Sendo assim, ao mesmo tempo em que o uso do véu compreende uma performance individual, também constitui uma performance coletiva e identitária.

A partir desse cenário, a presente pesquisa teve a intenção de investigar os sentidos atribuídos aos cabelos por mulheres muçulmanas e mulheres evangélicas. A escolha por essas duas religiões se deu, especialmente, pelo lugar peculiar que o cabelo ocupa em cada uma delas. Diante da pluralidade do movimento evangélico, a igreja escolhida foi a Congregação Cristã no Brasil (CCB), uma vez que era a igreja frequentada pelas mulheres evangélicas entrevistadas para essa pesquisa.

Cabe às mulheres muçulmanas ocultar os cabelos por meio do uso do *hijab* (véu); já as mulheres evangélicas que frequentam a CCB não devem cortar os cabelos e devem mantê-los cobertos por um véu durante a realização dos cultos e nos momentos de oração.

Conhecida como “Igreja do véu”, a CCB é reconhecida como uma igreja evangélica de caráter pentecostal, tendo sido a primeira a se instalar no país em 1910 (BRAZ, 2015). A vertente pentecostal é oriunda de um movimento dentro do cristianismo que traz a centralidade para a questão do Batismo no Espírito Santo e seus dons. O movimento evangélico é plural. Em comum, as diferentes igrejas evangélicas compartilham a Bíblia como livro sagrado, a fé em Jesus como salvador e a tarefa de levar o evangelho da Bíblia aos demais.

Segundo censo de 2010 (IBGE, 2010), o número de pessoas que se denominam evangélicos corresponde a 22% da população brasileira, sendo cerca de 60% desses pertencentes a vertentes pentecostais. A pesquisa aponta, ainda, que a CCB é a terceira maior denominação evangélica do país, sendo a segunda maior entre as de origem

---

<sup>5</sup> De acordo com o judaísmo religioso ortodoxo as mulheres casadas devem cobrir seus cabelos com um lenço (*tichel*) ou com perucas (*sheitel*). <http://www.chabad.org.br/interativo/FAQ/Peruca.html>

pentecostal. Matéria publicada por Balloussier (2020) no jornal Folha de São Paulo aponta que há três décadas vem acontecendo no país uma transição religiosa, na qual o número de católicos vem diminuindo acompanhado de um aumento no número de evangélicos. De acordo com José Eustáquio Alves (pesquisador entrevistado na matéria), em poucas décadas assistiremos à “era de maioria evangélica”.

Mesmo considerando a pluralidade do movimento evangélico e reconhecendo as especificidades da CCB, optamos por, nesse texto, nos referirmos às fiéis da CCB como evangélicas para nos aproximarmos de uma referência linguística mais recorrente na sua identificação. Dessa forma, quando aparecer o termo “evangélica” no texto, estaremos nos referindo não a todas as evangélicas, mas sim àquelas que frequentam a CCB.

O Islamismo, por sua vez, é uma religião nascida no mundo árabe tendo como base o Alcorão, livro sagrado que reúne a palavra de Deus (*Allah*) revelada ao profeta Maomé (*Muhammad*). São chamados de muçulmanos aqueles que seguem o islamismo. Há registros de muçulmanos no Brasil desde o período colonial, momento em que sofreram perseguições sendo obrigados a se converterem em cristãos. É no século XX, impulsionado por eventos como a queda do Império Otomano em 1918, o domínio do Líbano pela França e o início da guerra no Líbano em 1975, que os muçulmanos chegaram em maior número no país. (CASTRO; VILELA, 2019). A primeira mesquita foi construída em 1929 na cidade de São Paulo. São os estados de São Paulo e Paraná que abrigam o maior número de muçulmanos.

O censo do IBGE (2010) revelou que os muçulmanos representavam uma parcela pouco expressiva, sendo 0,02% da população do Brasil. Em nosso país foi possível acompanhar uma popularização do islamismo nas duas últimas décadas a partir de alguns eventos. Cláudia Espínola (2004) cita, entre eles, o atentado terrorista às torres gêmeas nos EUA em 11 de setembro de 2001 e a veiculação, no mesmo ano, da telenovela “O Clone” pelo canal de maior audiência no Brasil, que abordava o romance entre uma mulher árabe e muçulmana com um brasileiro não muçulmano.

Importante, ainda, destacar a relação de ambas religiões com questões políticas. O islamismo desponta do Oriente, tornando-se a religião com maior projeção de crescimento na contemporaneidade, marcado por movimentos identitários e lutas político-ideológicas. No cenário brasileiro, tensionado por forças diversas de poder entre laicidade e religiosidade, as diferentes vertentes evangélicas vêm apresentando ascensão

de fiéis, especialmente entre as camadas populares e mulheres, tendo como consequência um forte aumento de sua participação na arena política (IBGE, 2010; MACHADO, 2005).

Nesse aspecto é importante mencionar que, embora o movimento evangélico cresça entre mulheres, a participação parlamentar é fortemente marcada pela presença de homens. Suas pautas no parlamento, dentre outras, estão voltadas para barrar o acesso a direitos de mulheres e LGBTQI+ (SOUZA, 2015).

Diante do cenário apresentado, essa pesquisa, voltada para a interface entre gênero e religião, procurou investigar o cabelo como elemento que oculta e revela, que mostra e esconde, partindo da observação dos longos cabelos de mulheres evangélicas e do uso do *hijab* por mulheres muçulmanas. Para tanto, contou-se com duas fontes principais: o livro sagrado de cada uma dessas religiões (Alcorão para muçulmanos e Bíblia para evangélicos) e as falas de mulheres que se identificavam como muçulmanas ou como evangélicas. Com relação aos livros sagrados, a atenção voltou-se para passagens que fizessem referência aos cabelos e/ou ao comportamento esperado pelas mulheres.

No que tange às falas das mulheres, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas evangélicas e duas muçulmanas. Entres os temas abordados nas entrevistas estavam: iniciação religiosa, o lugar das mulheres em sua religião e sua relação com os cabelos. Nicole e Terezinha foram as evangélicas entrevistadas (optamos pelo uso de pseudônimos para preservar a identidade das entrevistadas). Nicole tem 26 anos, ensino médio completo, trabalha como balconista em estabelecimento comercial, é casada e tem um filho. Está na CCB desde os 15 anos, onde conheceu seu marido. Foi batizada há seis anos. Sua família de origem não é evangélica, mas a família de seu marido sim. Terezinha, uma mulher de 75 anos, é viúva, primeiro grau completo, sete filhos e frequenta a CCB desde 1995, tendo sido batizada no mesmo ano. Foi por influência de seus pais, que deixaram o catolicismo e tornaram-se membros da Congregação, que Terezinha passou a frequentar a CCB.

As muçulmanas entrevistadas foram Zara e Fatou. Zara tem 17 anos, está cursando o terceiro ano do ensino médio em uma escola privada. Sua família é de muçulmanos. A outra mulher entrevistada, Fatou, tem 29 anos, casada e está grávida. Seu marido também é muçulmano, assim como a família de Fatou (pai árabe e mãe brasileira). É nutricionista, mas não atua na área. Ela e o marido são proprietários de estabelecimentos do ramo alimentício. Fatou é blogueira, em suas redes sociais fala sobre a vida de muçulmana no

Brasil. Tanto Fatou quanto Zara usam *hijab*, ambas nasceram no Brasil. Fatou é tia de Zara.

A escolha por entrevistar quatro mulheres foi feita entendendo que não há como generalizar o conteúdo que aparece nas falas das entrevistadas, uma vez que ele retrata algumas das versões possíveis sobre a relação dessas mulheres, de religiões diferentes, com os cabelos. No entanto, isso não invalida a pesquisa, pelo contrário, a enriquece:

Uma história contada, por um indivíduo singular é, nessa visão, representativa deste universo de possibilidades. E ela é representativa não por ser “normal”, ou por estar dentro da média; mas sim por ser única. Dessa forma, a subjetividade de quem está a narrar um fato, pode ajudar a desenhar uma subjetividade mais ampla (MIGUEL, 2009, p. 42).

Assim, ao optar por realizar entrevistas com essas mulheres, entende-se que, ao mesmo tempo em que suas falas refletem suas experiências singulares, também falam do contexto social em que se encontram, uma vez que elas são constituídas e mediadas pelas relações com o outro e o mundo (GROFF; MAHEIRIE; ZANELLA, 2010).

Tanto os discursos dos livros sagrados, quanto os discursos proferidos pelas mulheres, foram analisados de acordo com os preceitos da Análise de Discurso Francesa. Para esta abordagem o discurso é tido como uma prática social, sendo construído no movimento em que se interligam o intradiscurso e o interdiscurso (PÊCHEUX, 1997). Cabe ressaltar que as quatro entrevistas realizadas foram gravadas e transcritas na íntegra.

Por meio da leitura dos livros sagrados e análise das entrevistas, foi possível perceber não apenas os sentidos atribuídos aos cabelos, como também outras regras que permeiam a participação das mulheres nas religiões às quais estão vinculadas, estando algumas relacionadas às roupas, à iniciação religiosa, à obediência ao marido, à vaidade ou ao compromisso para com a família, temas que serão, entre outros, abordados na sequência desse texto.

### **Ser muçulmana, ser evangélica: semelhanças em meio às diferenças**

Pensar o lugar que o cabelo ocupa dentro do islamismo e das igrejas evangélicas requer uma análise do simbolismo do cabelo para essas duas denominações que, embora aparentam ser diferentes, compartilham semelhanças. Ambas religiões estabelecem códigos de conduta sobre os corpos de seus/as adeptos/as, regulando os comportamentos dentro e fora do lugar de culto. Podem ser citadas, por exemplo, regras com relação ao vestuário, à disposição física dentro da igreja/mesquita, aos cuidados durante a prática da oração e, especialmente, regras a respeito dos cabelos das mulheres.

Com relação ao espaço físico, dentro dos templos de ambas religiões analisadas, os espaços masculinos e femininos são distintos. Nas mesquitas, as mulheres devem ficar atrás dos homens. Uma das explicações para isso está relacionada a um sinal de respeito e proteção para com as mulheres, pois se elas ficassem à frente dos homens no momento das orações – em que todos devem ajoelhar-se e inclinar-se para frente - o corpo das mulheres ficaria muito exposto aos olhos dos homens. Existem diferenças entre as mesquitas, em algumas homens e mulheres compartilham a mesma *musalla* (local de oração), em outras, as mulheres rezam num salão contíguo ou atrás de uma barreira visual para não se misturarem aos homens.

Na CCB, por sua vez, há entradas exclusivas para homens e para mulheres. Durante o culto, homens e mulheres sentam-se em fileiras separadas, ocupando lados opostos da igreja. As justificativas encontradas para tal separação também estão relacionadas a uma questão de respeito a valores familiares, visando evitar possíveis constrangimentos entre homens e mulheres. Uma peculiaridade da CCB diz respeito à importância dada à música. Os hinários, como o livro dos “Hinos de Louvores e Súplicas a Deus” ocupam lugar de destaque nos cultos. Os cantos são acompanhados por instrumentos musicais. Na CCB, mulheres só podem tocar órgão, enquanto aos homens é permitido tocar os demais instrumentos.

Um interessante ponto comum entre as duas religiões aqui analisadas diz respeito à vestimenta que deve ser usada ao frequentar a mesquita ou a igreja. Além da exigência por roupas discretas e que cubram a maior parte do corpo, em ambas, as mulheres devem estar com as cabeças cobertas. Mesmo para as muçulmanas que optam por não usar o *hijab*, ou ainda para as mulheres não muçulmanas que visitem uma mesquita, cobrir a cabeça é uma obrigação. Entre as evangélicas da CCB, o uso de véu é obrigatório durante o culto na igreja e nos momentos de oração em casa.

Antes de explorar a relação do cabelo oculto ou do cabelo que oculta nas duas religiões, é interessante tecer uma breve reflexão sobre o processo de iniciação à vida muçulmana ou à vida evangélica. Para as evangélicas, nascidas na religião ou convertidas, o batismo por imersão nas águas, assim como a obediência e o comprometimento à doutrina e às normas, representa a iniciação na vida religiosa (BRAZ, 2015).

No que diz respeito à sua identidade religiosa, parece haver na fala das evangélicas entrevistadas uma ruptura com o seu eu do passado durante a cerimônia de batismo,

ocorrendo ali a morte da antiga identidade, de antigos costumes e atitudes para renascer como uma nova pessoa, adequada às normas da religião escolhida.

A minha vida antes da igreja era bem louca. Eu tive essa coisa de conhecer o mundo lá fora, no caso, de ir pra balada, de sair, essas coisas. Eu era muito vaidosa, na questão de usar brinco, me arrumar, usar roupas curtas, essas coisas assim (...) mas em determinado tempo eu senti que não era pra mim (...) Antigamente, meu Deus, não saía sem um brinco! Agora hoje eu vou colocar um brinco eu me sinto horrorosa. Feia assim né, mas foi muito bom pra minha vida particular, espiritualmente falando, muito bom. (...) Então até mesmo quando eu me batizei, a minha mãe mesmo diz foi um giro de 360 graus porque eu mudei radicalmente (Nicole).

No Islamismo, o que demarca a iniciação na vida religiosa é a entrega à religião. No caso das mulheres, o uso do *hijab* - que pode se dar após a menarca ou no momento em que a mulher se sentir preparada - certamente marca a nova identidade religiosa. Porém, cabe ressaltar que, mesmo ele sendo uma imposição, as mulheres podem escolher por usá-lo ou não. Nesse sentido, a entrevistada fala:

Se a pessoa se sente preparada pra botar o véu é porque, querendo ou não, é a identidade da mulher muçulmana. (...) É uma peça de roupa, querendo ou não. Então assim, vai muito além do só preservar a beleza pra mim, é identidade como mulher muçulmana (Zara).

Dessa forma, ao adotarem os valores e costumes do grupo religioso, sua identidade pessoal passa a ser fortemente marcada pela identidade da religião, que é aceita e respeitada por aqueles que estão dentro do grupo religioso de pertença:

Eu fui pra Palestina e pra Turquia, e aí quando eu ia lá, todo mundo tá igual, ninguém liga, assim, né. Dane-se o resto! Cada um por si. É muito assim. Quando eu fui eu não usava o véu, então, assim, não me olharam de jeito estranho sem véu lá, mas me olham de jeito estranho com o véu aqui (Zara).

Ou seja, essa mesma identidade pode ser tanto respeitada e aceita, quanto questionada, julgada ou ridicularizada por aqueles que as veem de fora:

Eu estava com um amigo e uma amiga que eles já eram amigos faz tempo antes do véu, e ele fez uma brincadeira muito pejorativa com ela. Eu achei pejorativa, ela, não sei, achou normal. E eu falei 'comigo cê não faz né', tipo zuando. Ele falou 'não Zara, é questão de respeito'. Gente é só porque eu estava com o véu, porque se eu estivesse sem véu ele provavelmente teria feito a mesma piada, mas é muito ruim (...) o que os outros veem de mim mudou muito (Zara).

Essas falas lembram o que Synnott (2002) discute a respeito de performance individual e performance de grupo, tal como visto anteriormente. Mesmo que não seja exclusivo à questão do cabelo, é possível pensar no quanto uma simples escolha individual, como de uma roupa, de um adorno, de um corte de cabelo, pode estar atrelada a um processo de identificação coletiva. Assim, passa-se a ser reconhecido/a pelos outros,



mesmo que eles não a conheçam, a partir do que se veste. Tais escolhas passam, dessa forma, a explicitar uma identidade religiosa, de gênero, sexual ou política, por exemplo.

Tal identificação pode causar reações das mais diversas. Entre as evangélicas, reações negativas ou violentas são menos frequentes, especialmente porque, conforme discutido no início do texto, o número de evangélicos no país é bastante grande e, ainda, porque a forma como as mulheres se vestem, mesmo que guarde suas peculiaridades (saias longas, sem decote, cabelos longos), não destoa de forma radical da maneira como mulheres não evangélicas se vestem. Porém, em se tratando de mulheres muçulmanas que vivem no Brasil, e que optam pelo uso do *hijab*, ou ainda do *niqab* (quando apenas os olhos ficam à mostra), os relatos são diferentes.

Mas na rua quando, tipo, a pessoa só passa e grita ‘terrorista’ ou, sabe? Tem uma vez que um cara cuspiu em mim. Foi... eu não sei, foi meu reflexo que me fez parar e, tipo, eu pensei em alguma coisa na hora e o cara, tipo, cuspiu na hora e eu fiquei ‘Ué?’, sabe? (...) Sabe quando você para, assim, no meio da rua e você fica, tipo, ‘O que que eu ia fazer?’ Então, na hora o cara cuspiu e foi bem na minha frente, por pouco não me atingiu, sabe? Mas foi ridículo! Foi ridículo! (Zara).

A intolerância religiosa fica evidenciada nessa passagem, que foi apenas um dos episódios de violência relatados pelas muçulmanas entrevistadas. O véu islâmico acaba por ser o principal símbolo visual de reconhecimento do Islamismo. E quem os porta são as mulheres. Caso não estivessem usando véu, teriam sido elas alvo de violência? Tais reflexões trazem à tona o fato de que a intolerância religiosa comporta dimensões de racismo, xenofobia e machismo. Autores como Emerson Giumbelli (2005) e Felipe Fernandes (2013) apontam que esse tipo de violência costuma ter como alvo religiões de minorias políticas (como as religiões de matriz africana, por exemplo), apontando para atravessamentos de raça, gênero e etnia.

### **O véu e o cabelo que oculta**

A reflexão sobre o processo de identificação das mulheres entrevistadas com a sua religião colocou em evidência a importância dos cabelos. A princípio a relação com os cabelos pode parecer muito diferente nas duas religiões escolhidas, porém, mesmo que uma os oculte e a outra exija que sejam longos, pontos de intersecção podem ser encontrados. Lembramos, mais uma vez, que nem todas as igrejas evangélicas pregam a interdição ao corte de cabelo das mulheres, então, quando falamos aqui em igreja

evangélica frisamos que estamos falando, especificamente, da CCB, tal como foi exposto no início desse texto.

A proibição do corte de cabelos imposto às mulheres que frequentam a CCB é amparada no que diz a Bíblia na Primeira Epístola aos Coríntios (I Coríntios, 11, 13–15):

Julgai por vós mesmos: será conveniente que uma mulher ore a Deus sem estar coberta de véu? A natureza mesma não vos ensina que é desonroso para o homem trazer cabelos compridos, ao passo que, para a mulher, é glória ter longa cabeleira, porque a cabeleira lhe foi dada como véu? (BÍBLIA DE JERUSALEM, 2002)

Nesse sentido, Terezinha em seu depoimento diz que “cortava o cabelo, usava brinco, fazia tudo. Mas depois, nem lembro dessas coisas mais. Nunca cortei depois que fui crente. Não! Não passo a tesoura no meu cabelo (...) desde quando eu entrei pra igreja. Nunca cortei. Nem corto!”.

Um dos simbolismos do cabelo para as mulheres que frequentam a CCB diz respeito à sua ligação com o sagrado. Para tanto, usam outras passagens da Bíblia, como a de João capítulo 12, versículo 3, que fala sobre uma mulher chamada Maria ter ungido os pés de Jesus e os enxugado com seus cabelos. A recomendação é que nem mesmo as pontas dos cabelos sejam cortadas. Terezinha, em sua fala, afirma seguir à risca esta regra. Já Nicole, diz que os mantém longos, mas que corta as pontas, mesmo sabendo que vai contra a regra de sua igreja. Segundo ela, várias moças que frequentam a igreja são mais flexíveis com relação a regras relacionadas à vestimenta e aos cabelos, e nem por isso deixam de ser fiéis.

Eu corto. Mas na verdade não deveria né. É porque que nem eu digo, é uma vaidade isso daí, entendeu? Não que a igreja proíba você fazer: ‘Não tu não pode fazer nada, não pode cortar o cabelo, não pode fazer nada’. Tu pode né, mas isso vem de ti, sabe? Só que não é uma coisa certa (Nicole).

Complementando sua explicação, Nicole diz que nem a ponta do cabelo deveria ser cortada pois, segundo ela, é na ponta que se concentra o poder. Ela conta que já ouviu uma história de que na Bíblia há relatos que as mulheres poderiam curar doenças usando a ponta dos cabelos.

Além do uso dos cabelos longos, a CCB exige das mulheres o uso do véu durante o culto ou durante o momento da oração, significando uma reverência e respeito a Deus. Trata-se de um pano (sempre branco) que deve cobrir os cabelos e os ombros. A explicação para seu uso está na mesma passagem bíblica citada anteriormente, complementada por outros versículos (I Coríntios, 1, 6-7):

Se a mulher não se cobre com véu, mande cortar os cabelos! Mas, se é vergonhoso para uma mulher ter os cabelos cortados ou raspados, cubra a cabeça! Quanto ao homem, não deve cobrir a cabeça, porque é a imagem e a glória de Deus; mas a mulher é a glória do homem (BÍBLIA DE JERUSALEM, 2002)

Para as mulheres da CCB, ter o cabelo comprido é honroso e tem relação com a incorporação do divino, uma vez que proporciona o recebimento da língua dos anjos que é uma manifestação do Espírito Santo, conhecido como glossolalia. Nesse sentido, Pollyany Braz (2015) aponta que para receber o Espírito Santo não basta apenas ter cabelo comprido. Para a CCB, o corpo é “‘templo e morada do Espírito Santo’ e para ser santo, esse espírito não pode habitar em um corpo não adequado” (BRAZ, 2015, p. 85). Ter um corpo adequado implica em estar comprometido diariamente com aquilo que “agrada a Deus”, isto é, para as mulheres, significa obedecer a um padrão de vestimenta e modéstia, principalmente o uso do véu, além de comportamentos específicos que demonstrem sua santidade. Assim, o uso do véu reforça a busca e a construção de um corpo santo, digno de receber os dons do Espírito Santo. “É porque assim, se Deus manifestar a língua do Espírito Santo, ele não vai manifestar numa irmã sem o véu. Tem que estar com a cabeça coberta com o véu” (Terezinha).

Existe uma relação estreita entre o véu e o cabelo para a CCB. Poderíamos pensar que o cabelo representa apenas uma ameaça, uma arma de sedução por parte das mulheres e que, por isso, deve ser coberto no momento das orações. Porém, o que as entrevistadas trazem é que os cabelos longos as aproximam de Deus, da língua dos anjos. Além disso, esses mesmos cabelos podem fazer as vezes do véu em determinadas situações, tal como se pode verificar nas seguintes falas: “É o poder dos anjos, que é o poder do nosso cabelo. (...) Na hora que tu vai se prostrar diante de Deus nada de mal te atinge ali, o poder dos anjos, que a gente diz, o cabelo” (Nicole); “Se eu for num lugar que eu tiver em perigo que eu não tenho o meu véu, o cabelo é no lugar do véu. Por isso que nós não podemos cortar nosso cabelo” (Terezinha).

O uso dos adornos na cabeça e especificamente do véu é constatado ao longo da história antes da existência das religiões cristã e islâmica, recebendo em seu curso múltiplos significados que estão relacionados ao cabelo (CUNHA, 2006). No entanto, o véu toma um novo sentido ao se incorporar a práticas religiosas, podendo ser compreendido aqui como uma extensão do corpo que possibilita uma articulação entre o

corpo biológico e a cultura que o permeia, conferindo valor moral e estético à performance religiosa.

O véu ocupa lugar de destaque no islamismo. Trata-se de um pano que envolve o rosto cobrindo cabelos e pescoço. Ele é preso com alfinetes e às vezes é acompanhado de uma touca por baixo para acomodar os cabelos. A justificativa para seu uso está exposta no Alcorão e centra-se na ideia de proteção.

De acordo com a cultura islâmica, o véu não é sinal de sujeição da mulher ao homem, mas sim um sinal de modéstia, visando a proteção das mulheres que o usam. Importante, porém, destacar que não existe uma unanimidade no Islamismo quanto à obrigatoriedade do uso do *hijab* (ESPÍNOLA, 2004). A surata 36:61 do Alcorão utilizada como argumento para o uso do véu diz: “Ó Profeta, dize a tuas esposas, tuas filhas e às mulheres dos fiéis que (quando saírem) se cubram com as suas mantas; isso é mais conveniente, para que distingam das demais e não sejam molestadas.” (ALCORÃO, 2006). O que traz o livro sagrado dos muçulmanos faz eco nas palavras de Zara:

Usar o véu está no Alcorão, tem que usar o véu. Mas daí cada um tem o livre arbítrio para escolher usar o véu ou não. Seguir ou não. E pra mim, usar o véu foi uma coisa muito... eu cresci vendo minha mãe usar o véu então foi uma coisa muito natural pra mim. (...) vai muito além do só preservar a beleza pra mim, é identidade como mulher muçulmana (Zara).

A fala de Zara aponta para uma questão interessante a respeito dos aprendizados que acontecem, de maneira informal, entre as mulheres da família. A experiência compartilhada do uso do véu parece vir carregada de significados e afetos. Por outro lado, pode-se também interpretar que o uso do véu, mais do que uma regra aprendida, representa identidade, pertencimento; próximo a uma herança familiar.

Os trechos do Alcorão citados, somados à fala de Zara, com relação ao uso do véu e à preservação da beleza, vão ao encontro da ideia de que ao resguardar sua beleza e sensualidade através do uso do *hijab* e de roupas que deixem à mostra apenas as mãos e os pés, as mulheres protegem-se da cobiça dos homens, assim como de atos de violência que estes possam praticar contra elas. A fala de Fatou ilustra esse ponto.

Além do que, a mulher ela... pra preservar a beleza da mulher, preservar a mulher, por quê? O corpo da mulher chama muito a atenção, o cabelo da mulher chama muito a atenção. Então tudo isso é pra preservar ela (Fatou).

Um fato interessante é que ambas entrevistadas salientam a questão do livre arbítrio, ressaltando que o uso do *hijab* é uma opção, e não uma imposição. Dessa forma,

a escolha pelo uso do véu deve ser um desejo, uma vontade, atrelada a uma convicção religiosa.

Quando eu fiquei a minha primeira vez menstruada, acho que foi com treze, quatorze anos, eu sozinha coloquei o lenço. Até gosto de contar a história pra vocês verem que não foi algo imposto, e sim algo que estava intrínseco em mim (Fatou).

Porém, sabe-se que a liberdade de escolha pelo uso do *hijab* não é universal. Há várias culturas que adotam o islamismo e que impõe o uso do *hijab*, do *niqab* ou da *burca* às mulheres, não lhes dando possibilidade de escolha. Vale destacar que o uso do *hijab* envolve não apenas questões pessoais ou religiosas, mas também políticas e ideológicas, o que aponta para diferentes motivações para seu uso (ESPÍNOLA, 2004).

Como dito anteriormente, Fatou é blogueira e, ao acompanhar suas redes sociais, é possível verificar que, com bastante frequência, ela é questionada a respeito dessa imposição, atrelada à opressão e à violência frente às mulheres que certos países predominantemente islâmicos adotam. Muitos muçulmanos, e esse também é o discurso de Fatou, afirmam que os países que reprimem as mulheres pautados em questões religiosas não seguem, de maneira verdadeira, o que prega o Alcorão. Fatou, inclusive, destaca em suas redes sociais, os avanços que o Islã concedeu às mulheres, como o direito à educação e ao divórcio.

O uso do véu por mulheres muçulmanas que vivem no Brasil envolve fatores diferentes quando comparado às mulheres muçulmanas que vivem em países de maioria islâmica. O véu, que serve para proteger e passar despercebida, acaba servindo como um elemento que chama a atenção.

O engraçado é que quando... tipo aqui, eu sou a diferente, quando eu ando na rua eu sou a diferente, e quando você vai num país árabe... tipo, eu fui pra Turquia e 'Meu, que estranho, ninguém tá me olhando!'. Porque eu sou normal, eu sou como todo mundo. E é algo natural, as pessoas não ficam te olhando (Fatou).

Uma reflexão interessante acerca do *hijab* foi desenvolvida pela pesquisadora. Espínola (2004) em seu trabalho sobre mulheres muçulmanas em Florianópolis. De acordo com a autora, o conceito do *hijab* é tridimensional: visual, com o intuito de subtrair o olhar; espacial, a fim de estabelecer um limite; e ética, relacionado ao proibido, uma vez que o que o véu esconde é um espaço proibido. Cláudia traz, ainda, que *hijab* abriga outros sentidos na língua árabe: “(...) há ainda o uso anatômico da palavra *hiyab*, tudo que separa e protege é um *hiyab*, como sobancelhas, diafragma, hímen.” (ESPÍNOLA,

2004, p. 141). Sendo assim, o *hijab* traz consigo o sentido de ser algo que protege, que separa o público do privado, o profano do sagrado.

Diante do exposto, é possível pensar que a ausência dos cabelos, ocultos sob o véu, e/ou a exposição de longas madeixas, podem ser identificadas com a ideia de performance identitária trazida por Quintão (2013). De acordo com a autora, “o cabelo é uma das ferramentas corporais mais expressivas: ele fala antes que tenhamos a chance de nos expressarmos verbalmente” (QUINTÃO, 2013, p. 24). Dessa forma, o uso do véu e/ou dos cabelos longos compreendem códigos de vestimenta que comunicam o pertencimento a um determinado grupo religioso, assim como também prescrevem a distinção dos corpos femininos através de uma estética. Pode-se, inclusive, pensar em uma performance estética marcada por uma performance de gênero.

A questão da performatividade discutida por Judith Butler auxilia a refletir sobre essa questão, uma vez que destaca que a constituição do gênero é perpassada por atos, gestos e representações que são constituídas. Nas palavras da autora:

Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado (2003, p. 194).

Assim, usar o véu, adotar determinadas vestimentas ou não cortar os cabelos, podem ser reconhecidos como gestos que participam da construção de quem somos. Essa performatividade fica marcada em cada fala das quatro entrevistadas ao relatarem o seu processo de iniciação nas religiões escolhidas, ao deixarem para trás outras performances e adotarem novos gestos que as constroem como mulheres nesse mundo. A religião, assim, aparece como mais um dos marcadores que participam do processo de constituição de gênero.

### **Cabelos ocultos, vaidades à mostra?**

Entre véus, saias longas, roupas discretas, pouca exposição do corpo, haveria espaço para a vaidade? A palavra vaidade vem do latim *vanus*, que significa “vazio e ocioso”. De modo geral, esse termo é citado com certa frequência nos livros sagrados relacionado à futilidade, ostentação e soberba. Mesmo sem desconsiderar tais denominações, afinal as palavras são polissêmicas, nesse momento do texto

consideraremos, especialmente, a ideia de vaidade relacionada ao aspecto estético, à sua relação com os cuidados com a aparência.

Nos livros sagrados de ambas religiões aqui pesquisadas, encontram-se passagens que ressaltam o dever das fiéis de manter uma aparência decente. Nas escrituras sagradas, Adão e Eva, após se darem conta de que estavam nus, sentiram vergonha, seus corpos viraram elemento de culpa e assim a vestimenta trouxe pudor, protegendo-os do olhar do outro (PAIVA, 2018). Desse modo, a religião tem papel de educadora/disciplinadora desses corpos, ensinando aos/às devotos/as quais são as formas mais adequadas de utilizá-los, para que, tanto os homens quanto as mulheres, não se desvirtuem e sejam profanos (RIGONI; PRODÓCIMO, 2013). Sendo assim, há vestes adequadas tanto para as mulheres quanto para os homens. De acordo com a Bíblia: “A mulher não deverá usar um artigo masculino, e nem o homem se vestirá com roupas de mulher, pois quem assim age é abominável a *Iahweh* teu Deus” (BÍBLIA DE JERUSALEM, 2002, Deuteronômio, 22, 5).

Além disso, nas religiões monoteístas é comum encontrar uma visão essencialista, pautada no caráter biológico, a respeito da divisão entre os sexos masculino e feminino, onde o corpo feminino é “naturalmente” sedutor para o homem. Nesse mesmo sentido, é propagada a ideia de que as mulheres “naturalmente” são mais vaidosas do que os homens. Tal preceito pode ser encontrado na fala de Terezinha: “Os homens não têm tanta vaidade quanto mulher, não, meu filho. É só o terno, o ternozinho que eles têm e pronto. E seu sapatinho só. Não tem vaidade. A mulher é mais vaidosa”.

Para as evangélicas da CCB, a vestimenta deve ser de feitio simples e, para que se diferencie dos homens, a saia longa deve estar presente. As madeixas compridas e naturais associam-se à inocência, à pureza e à decência. A mulher evangélica deve abdicar das vaidades mundanas, como o uso da maquiagem, pintar unhas e dos adereços como brincos, pulseiras e colares. Como Nicole ressalta, é necessário ser “diferente do mundo” e se “parecer como uma serva de Deus”, para não chamar atenção para seus corpos, mas sim para suas virtudes.

Para as muçulmanas, tanto o véu quanto o corpo coberto podem ser tidos como marcadores de uma fronteira entre homens e mulheres, entre o público e o privado. O ocultamento do corpo, como dito anteriormente, é uma proteção. No islã existem partes do corpo que não devem ser mostradas, as chamadas *awra*, que linguisticamente significam “algo que deve ser escondido” que, no caso, são as áreas erógenas (PAIVA,

2018). Nos homens, inclui do umbigo até os joelhos e nas mulheres, todo o corpo, com exceção das mãos e dos pés. Nenhum homem pode ver tais partes do corpo das mulheres, a não ser seus parentes: avô, pai, tio, irmão, sogro, marido e filhos.

Com relação à obediência às regras de vestimenta, as entrevistadas a descrevem como um processo natural: “Eu uso saia sempre, né. Só uso calça mesmo pra trabalhar. Aí chego em casa, coloco minha saia. Tipo, se eu não tô no meu trabalho e saio na rua de calça, eu me sinto super estranha” (Nicole); “Não é a gente alguma vez que quer. Ele [Deus] limpa, vai tirando desejo de a gente usar. Ele vai tirando desejo” (Terezinha). Enquanto Fatou diz: “Não foi algo imposto, e sim algo que estava intrínseco em mim”.

Suas falas apontam que a conversão para a religião não é apenas uma ruptura com o passado, sendo um processo diário para que, inclusive, seja válida (BRAZ, 2017). No caso de Zara e Fatou, que já nasceram dentro da religião, é a adoção dos rituais religiosos e a obediência às regras que marcam essa conversão. Converter-se é abdicar de seus desejos e adotar uma nova postura não só comportamental, como também visual. Sendo assim, a estética dessas mulheres também comprova sua devoção (CEZAR, 2010).

Enquanto às evangélicas da CCB, mesmo que possam exibir mais o corpo do que as muçulmanas, são vetados vários rituais de beleza, às muçulmanas vários cuidados com a aparência são permitidos, inclusive com os próprios cabelos. Adornos como anéis, pulseiras e colares não são proibidos. O lenço que cobre os cabelos pode ser encontrado nos mais diversos tecidos e maneiras de vestir, o que indica uma tentativa de fusão entre o recato e a moda (CHAGAS; MEZABARBA, 2012). Diferentemente do véu branco usado na CCB, que apesar da possibilidade de conter bordados e enfeites, em sua maioria é simples, mostrando que há também uma estética que as identifica.

Sendo assim, há um ponto importante de discrepância entre as duas religiões. No islamismo espera-se que as mulheres preservem a beleza, sendo possível encontrar uma maior aceitação dos elementos de vaidade. Já entre a religião evangélica, espera-se que as mulheres se distanciem das vaidades mundanas e seus corpos expressem uma santidade (RIGONI; PRODÓCIMO, 2013; BRAZ, 2015). Nesse sentido, a CCB é mais rígida quanto à aparência das suas fiéis. Porém, Nicole conta que nem sempre segue todas as regras, relatando ver suas vaidades como uma fraqueza. Mesmo que haja uma certa flexibilidade, ou seja, a mulher não é expulsa da igreja por cortar as pontas do cabelo, por exemplo, é possível perceber que há uma vigilância recorrente sobre as práticas corporais das mulheres para que atendam aos requisitos religiosos. Esta vigilância pode, inclusive,



ser agenciada pelos/as próprios fiéis e líderes religiosos, que também gozam da posição de intérpretes dos textos sagrados. O que pode ser verificado na fala de Terezinha: “Ontem eu vi uma irmã de calça. Mas depois eles mandam a palavra. Eles dão em cima, os irmãos do ministério (...) se eles virem na rua e souberem, quando tem culto eles já dão ensinamento”.

No que tange às muçulmanas, estas aparentam não ter a preocupação em negar formas de embelezamento, desde que, segundo elas, a modéstia seja preservada. A vaidade será negociada junto às obrigações religiosas, ou seja, essa “beleza oculta” das muçulmanas pode ser revelada por meio da moda ou dos cuidados estéticos. “A mulher muçulmana ela se cuida, ela tem que se cuidar. A higiene é obrigatória e imprescindível, coisa mais importante. O se cuidar é mais em relação a sempre estar higienizada, sempre estar com roupa bonita, se vestir bem” (Fatou).

Antes de dar continuidade à questão da vaidade, vale destacar um elemento desta fala de Fatou quando ela se refere à questão da higiene. Mesmo que ela não tenha dito explicitamente, está entre as regras a serem seguidas no Islamismo, a eliminação de pelos corporais das seguintes partes do corpo: púbis, ânus, axilas e buço. Nesse sentido, Quintão (2013) traz a dualidade pureza versus perigo em se tratando dos cabelos. De acordo com a autora, no Antigo Egito, por exemplo, a relação com os pelos apontava que: “Na cabeça era muito desejado, cuidado e provavelmente considerado ‘puro’, enquanto mantê-lo no restante do corpo e no rosto talvez pudesse ser interpretado como sinônimo de desleixo ou até sujeira.” (QUINTÃO, 2013, p. 14). Essa dualidade faz sentido, uma vez que uma série de rituais de limpeza são exigidos antes de cada uma das cinco orações que devem ser realizadas ao longo do dia pelos/as muçulmanos/as, indicando a relação entre purificação física e espiritual.

Retomando a discussão sobre a vaidade e os processos de embelezamento entre as muçulmanas, um aspecto interessante é a popularização do mercado da moda islâmica, atrelado ao grande aumento de fiéis e à divulgação da religião fora do Oriente Médio (CHAGAS; MEZABARBA, 2012). Isso pode ser exemplificado pelo crescente surgimento de mulheres muçulmanas nas plataformas midiáticas, compartilhando conteúdos sobre moda, maquiagem e beleza. Cabe lembrar que Fatou é uma delas, no seu perfil ela também divulga estes conteúdos.

No ano de 2015, a marca francesa de cosméticos *L’Oreal* escolheu uma modelo muçulmana usando *hijab* para ser garota propaganda em uma campanha publicitária,

carregando a mensagem de que “os cuidados com o cabelo são para todas as pessoas”. Fato muito interessante, uma vez que o produto divulgado na campanha era um shampoo. Amena Khan, a blogueira britânica escolhida para estrelar o comercial, disse que ter sido escolhida dá voz às mulheres muçulmanas, exaltando a inclusão e a diversidade.

Nessa mesma direção, a marca italiana *Dolce & Gabbana* lançou, em 2016, sua primeira coleção voltada para mulheres muçulmanas. Em seguida, no ano de 2017, a *Nike* anunciou a primeira linha de *hijabs* para atletas, facilitando as práticas esportivas das islâmicas. Atualmente, a marca californiana de cosméticos *Benefit*, em seu perfil “*benefitmittleeast*” no Instagram, lançou uma campanha intitulada “*Girl Gang*” com a presença de mulheres usando *hijab* e *niqab* para a divulgação de seus produtos de maquiagem.

Nesse sentido, é interessante a reflexão desenvolvida por Baris Kiliçbay e Mutlu Binark (2002) sobre o islamismo na Turquia. Estes autores tomam como foco a articulação entre o consumismo e o uso do *hijab*, destacando que a partir dos anos 1990 foi possível verificar, na Turquia, a ascensão da “moda do véu”. Através da análise de anúncios publicitários veiculados em revistas femininas turcas voltadas para mulheres islâmicas, os pesquisadores apontam que além dos aspectos ideológicos, religiosos e políticos, a questão da moda e a cultura de consumo devem ser levados em conta diante da análise das motivações para o uso do véu entre as muçulmanas.

Com relação às mulheres da CCB, como falado anteriormente, a questão da vaidade parece ser levada com mais rigor. Porém, não se pode desconsiderar a existência de uma estética a ser seguida entre as evangélicas que frequentam essa igreja. Mesmo sendo avessa à exposição midiática (COSTA, 2016), é possível encontrar perfis na rede social *Instagram* relacionados à CCB. O conteúdo desses perfis está, geralmente, atrelado aos hinos praticados pela congregação.

Além dos perfis voltados às práticas religiosas, existem os que divulgam os serviços de mulheres que produzem e comercializam os véus. Mesmo que todos devam ser brancos e à altura dos ombros, nesses perfis pode-se achar uma variedade de bordados, demonstrando a preocupação e o cuidado das evangélicas com sua aparência. Há, ainda, vários perfis voltados para a venda de roupas femininas que sigam as regras estabelecidas pela CCB, assim como perfis que, mesmo que não vendam as roupas, funcionam como espaço de divulgação de modelos que sirvam de inspiração para as mulheres evangélicas, incluindo as que frequentam a CCB. Sendo assim, não se pode negar que exista uma

preocupação, por parte dessas mulheres em manterem-se bem vestidas e na moda, mesmo que seguindo determinados padrões impostos por sua religião.

Diante das reflexões sobre o lugar da vaidade para as mulheres das duas religiões alvo dessa pesquisa, um ponto vem à tona para tentar ajudar na compreensão das diferenças encontradas. Referimo-nos ao fato de que, mesmo que tenha que ocultar seu corpo e seus cabelos na rua, em casa a muçulmana pode vestir-se da forma como quiser: roupas curtas, decotadas, corpo à mostra, cabelos coloridos, curtos, longos, loiros, escuros, maquiada e com joias. Assim, existe um jogo de esconder e mostrar, velar e desvelar, permitido a essas mulheres. Dessa forma, a beleza que é ocultada na rua, pode – e deve - ser exibida em casa. Tal fato parece justificar o cuidado com a aparência mais evidente entre as mulheres do mundo islâmico. As mulheres que Espínola entrevistou para sua pesquisa afirmaram que “essa relação entre o casal, baseada em velar e desvelar, traz consigo um clima sensual que as mulheres não muçulmanas jamais irão sentir, fazendo uma comparação com as brasileiras que, na sua opinião, expõem demais o corpo para todo mundo” (ESPÍNOLA, 2004, p. 147).

Os cabelos, nesse jogo de esconde e mostra, de prende e solta, ocupam uma posição interessante. Serrano-Barquín, *et al.* (2018) falam sobre um *voyeurismo* masculino diante do ato de soltar os cabelos em momentos de intimidade, fazendo um paralelo com o soltar/abrir o *soutien*, a cinta liga, o *corselet*.

A sexualidade no Islamismo é um assunto bastante discutido. Francirosy Barbosa e Camila Paiva (2017), em sua pesquisa sobre sexo no Islã, dizem que a busca pelo prazer sexual, por parte das mulheres muçulmanas, está presente nos preceitos da religião. Algumas regras devem ser seguidas: sexo apenas depois do casamento, proibição da prática do sexo anal, do sexo durante a menstruação, assim como do sexo fora do casamento. Porém, obedecidas essas regras, dar e receber prazer é uma premissa entre os casais. De acordo com as autoras “A sexualidade dentro do Islam é tão forte que seu papel encontra-se intimamente confundido com as representações de paraíso, onde o muçulmano experimentará um orgasmo infinito e terá todos os sentidos aguçados” (BARBOSA; PAIVA, 2017, p. 200).

Com relação à sexualidade das mulheres evangélicas, especialmente da CCB, não foram encontradas pesquisas que discutem a questão. O mais próximo foi um trabalho sobre a moral sexual em grupos religiosos ligados a outras igrejas de origem pentecostal, desenvolvido pela pesquisadora Maria das Dores Campos Machado (1995). Uma questão

interessante, que pode ser transposta para a CCB, diz respeito à visão cristã com relação à sexualidade, onde esta é abordada com conotação negativa, voltada para a procriação, condenando o prazer sexual (MACHADO, 1995). Cabe ressaltar que tal fato não exclui a vivência da sexualidade pelas crentes em suas casas. Apenas traz para reflexão o quanto essa questão da sexualidade das muçulmanas é mais evidenciada pela própria interpretação que o islamismo faz do Alcorão.

### **Entre opressão e pertencimento**

Em meio a tantas discussões que circundam a necessidade de ocultar os cabelos, ou de mantê-los intactos, fica uma pergunta: seriam essas regras signos de opressão?

Pode-se começar pensando sobre quem ocupa o lugar de liderança nas igrejas da CCB e nas mesquitas. Na prática o que se percebe é que tanto as evangélicas da CCB quanto as muçulmanas são minoria nos espaços de decisão em seus grupos religiosos. Cabe, majoritariamente, aos homens – anciãos ou *sheiks/imãs* – a liderança.

As diferenças entre homens e mulheres e os diferentes papéis que estes exercem na sociedade são justificados pelas entrevistadas através das escrituras dos livros sagrados. “O homem é o varão. Ele que a gente diz na Bíblia que é o homem da casa, que a gente deve respeitar. No caso assim tipo a primeira palavra é dele” (Nicole); “Acham que a gente é muito oprimida pelo marido, pai, essas coisas. Mas não, a gente tem muito direitos” (Zara).

Sem a mulher a gente não tem sociedade. Porque é ela que educa os filhos, é ela que gera família, é ela que vai cuidar da casa - e quem cuida da casa, cuida de tudo (...) o homem tem que prover a família inteira e tem que prover a mulher. (...) As pessoas veem o Islamismo como uma religião machista, mas ela não é machista. Ela dá tanto os direitos, quanto os deveres pros homens e pras mulheres. Mas ele dá direitos pras mulheres, é, que são equivalentes a elas, e direitos para os homens que são equivalentes a ele. (...) Ele não é superior a mulher (Fatou).

Sendo assim, a visão que essas mulheres têm a respeito das relações de gênero é perpassada pelos preceitos das religiões que elas escolheram. As diferenças são tidas, então, como algo “natural” e não como sinal de opressão ou injustiça. Porém, aos olhos de quem não compartilha dos mesmos preceitos religiosos, essas mulheres podem ser tidas como submissas, oprimidas, passivas e atrasadas.

Quem pode determinar se é opressão ou não? Quem pode determinar se essas mulheres são submissas ou não? Ao olhar a opressão do outro esquece-se de uma série

de outros símbolos impostos, por exemplo, pela moda e pelos padrões de beleza que, em nossa sociedade ocidental, branca, heterossexual e católico/cristã passam despercebidos como símbolos potenciais de opressão, especialmente para as mulheres.

Como olhar o outro, o diferente e falar que aquela mulher é submissa e oprimida porque usa véu, quando se vive em uma sociedade em que mulheres recebem salários mais baixos que os homens mesmo exercendo a mesma função; em que mulheres sofrem violência e são mortas pelo simples fato de serem quem são; onde mulheres são sobrecarregadas pelas tarefas domésticas; onde mulheres não podem ter gerência sobre seus próprios corpos? Como olhar muçulmanas e evangélicas e dizer que elas são oprimidas e submissas quando não se enxerga as próprias opressões, prisões e submissões?

A religião não é o único fator que define essas mulheres. Não existe uma muçulmana no singular, nem uma evangélica no singular. Estas mulheres, assim como todas as outras, sejam elas católicas, judias, umbandistas ou ateias são constituídas por inúmeros fatores, por vivências diárias, por diferentes marcadores. Não é o uso do véu ou o uso dos cabelos longos que as definirão por completo.

Não se pode negar que talvez, para várias dessas mulheres, o véu possa ser símbolo de opressão e submissão. Assim como muitas evangélicas podem sofrer com as regras impostas, sentindo-se aprisionadas por tantas imposições. Mas não se pode generalizar. Para muitas, usar o *hijab* ou deixar os cabelos longos pode ser um símbolo de pertencimento. Uma escolha marcada não apenas por questões religiosas, mas também políticas, estéticas e ideológicas.

Nessa direção, é possível, ainda, pensar em uma agência exercida por essas mulheres que, muitas vezes, é ocultada por trás da ideia de submissão e opressão. Sherry Ortner (1996, p. 10) propõe que agência seja definida “minimamente como um sentido de que o eu é um ser social autorizado”. Agência estaria associada, assim, a um autor autônomo, individualista que se coloca contra um outro grande agente que seria a estrutura. O agente não tem como agir fora desta estrutura, assim a agência não deve ser vista como algo em si, mas sim sempre fazendo parte de um processo, de uma relação.

Existe, então, uma dimensão da vivência da fé que é singular e que é vivida de modo muito íntimo, pessoal. Assim, o exercício de fé pode ser visto como um exercício de autonomia. Ambas as tradições aqui pesquisadas partem da concepção de livre-arbítrio, nessa lógica não há fé imposta. Portanto, essas mulheres escolheram exercer sua

fé e viver sua vida religiosa a partir de um entendimento individual, pessoal. Nesse ponto, é importante problematizar reflexões que não considerem essa dimensão de agência do sujeito ao apontar machismos, opressões e passividade. Ao dar ouvidos às falas dessas mulheres, através dessa pesquisa, espera-se contribuir para a possibilidade de construção de novos olhares, ressignificando narrativas da vivência de mulheres que seguem os preceitos evangélicos e islâmicos.

Ainda partindo da visão de agência trazida por Ortner (1996), pode-se trazer a reflexão sobre a estética das mulheres vinculadas às religiões aqui analisadas. A partir de uma perspectiva feminista - que problematiza uma associação direta entre mulher e beleza, que coloca em debate as obrigações impostas às mulheres no cuidado do próprio corpo, que questiona a imposição de dietas, cirurgias e procedimentos que busquem adequação a um padrão hegemônico - (BASSANEZI, 2001; OLIVEIRA, 2005; SANT'ANNA, 2005;) é possível questionar em que medida estas mulheres evangélicas e muçulmanas também estão deslocando, tensionando um suposto "padrão feminino". Em que medida aquilo que é uma regra não se constitui também em prática de liberdade?

Porém, mesmo sem apagar a ideia de agência, cabe o questionamento a respeito dos efeitos que pensamentos essencialistas e dicotomizantes sobre as relações de gênero podem provocar. Além de excluírem as mulheres de espaços decisórios e de liderança no âmbito religioso, contribuem para a manutenção e perpetuação de narrativas que justificam a desigualdade de direitos e suas conseqüentes injustiças e violências. De acordo com Maria José Rosado-Nunes (2005, p. 363):

Historicamente, os homens dominam a produção do que é 'sagrado' nas diversas sociedades. Discursos e práticas religiosas têm a marca dessa dominação. Normas, regras, doutrinas são definidas por homens em praticamente todas as religiões conhecidas. As mulheres continuam ausentes dos espaços definidores das crenças e das políticas pastorais e organizacionais das instituições religiosas. O investimento da população feminina nas religiões dá-se no campo da prática religiosa, nos rituais, na transmissão, como guardiãs da memória do grupo religioso.

A dicotomia entre público e privado ficou evidenciada em diferentes momentos ao longo do texto, seja em falas de entrevistadas, seja em passagens dos livros sagrados. O trabalho da pesquisadora Sandra D. Souza (2015) a respeito das mulheres evangélicas no cenário político brasileiro, aponta para os tensionamentos entre público e privado. Mesmo que em número pequeno, existem evangélicas que romperam fronteiras e chegaram à "vida pública", não apenas na política, mas também como líderes religiosas e, até mesmo, fundadoras de igrejas pertencentes ao movimento evangélico. Em sua dissertação sobre

igrejas evangélicas fundadas por mulheres em Minas Gerais, Rosane Guglielmoni (2015, p. 15), afirma que a mulher que toma tal iniciativa “não rompe com o ideal pentecostal, porém, ressignifica e subverte seus ritos”.

Assim, é possível pensar que mesmo em meio a discursos conservadores e enrijecidos a respeito do lugar a ser ocupado pelas mulheres, estas encontram formas de subverter, construindo espaços de resistência. Pode-se pensar, inclusive em “micro-resistências”, como quando a entrevistada Nicole revela cortar seus cabelos e usar calças compridas.

Outra forma de resistência, comentada anteriormente, é a apropriação do meio digital pelas muçulmanas. Seus *blogs*, canais no *Youtube* e perfis nas redes sociais lhes conferem protagonismo, permitem que sejam ouvidas, que divulguem seus pensamentos, que falem sobre suas escolhas, provocando, por consequência, uma possível ressignificação do que é ser uma mulher muçulmana no Brasil.

Cabe, porém, lembrar a pluralidade do movimento evangélico. Os relatos acima sobre mulheres na política e ocupando a posição de líderes religiosas, não correspondem às mulheres evangélicas que frequentam a CCB. De acordo com Micaele Costa (2016, p. 104), a CCB compreende “uma comunidade religiosa caminhando na contramão da história. São cento e cinco anos centrados na intocabilidade da sua doutrina de fé.” A autora continua sua reflexão questionando a respeito dos motivos que fariam com que as mulheres, mesmo que relegadas a um segundo plano nas instâncias decisórias dessa igreja, sintam-se “abençoadas, empoderadas dentro dessa instituição religiosa e suas ambiguidades”. Costa busca a resposta em trechos dos hinos 333 e 238 entoados pelos/as fiéis da CCB, trazendo estes como exemplo: “Deste mundo nada espero, o meu lar está no céu/ Consagrar-me a Deus eu quero, para ser herdeiro seu”; ou “Ao meu desejo renunciarei/ Para servir-Te e Te agradar/ E os preceitos da Tua lei/ Quero, contente, executar” (COSTA, 2016, p. 104 -105).

Nessa mesma direção, em seus estudos sobre a interface gênero e religião, Rosado-Nunes (2005, p. 364), à luz das reflexões feministas, traz a provocação:

(...) como devemos compreender a intensa presença feminina nas igrejas, templos e terreiros? O que as mulheres buscam e o que encontram nas diferentes religiões? (...) Na sombra ou nos palcos e altares, grande parte das fiéis carrega para a igreja o marido, os filhos, a família, o círculo social e profissional onde atuam.

Este ponto traz uma questão interessante, pois mesmo sendo colocadas em papéis secundários, essas numerosas mulheres exercem fundamental papel na divulgação e propagação de sua fé, sendo, talvez, as principais garantidoras da manutenção e do sucesso de suas igrejas. Tal fato aponta, dessa forma, para uma extensão de seu papel no lar, no âmbito privado, atuando “nos bastidores”, que seria: cuidar, amparar e garantir a continuidade da vida.

Em meio ao “cabo de guerra” entre submissão ou pertencimento; escolha ou imposição; liberdade ou opressão, as quatro mulheres entrevistadas para a realização da presente pesquisa destacaram, em diferentes falas, que seguir os preceitos de uma religião foi uma escolha. O quanto de opressão e submissão existe nessa escolha não é o central em nossa discussão, mas sim a importância de se considerar que, para que sejam garantidas a liberdade de expressão, a liberdade de escolher diferentes formas de ser mulher nesse mundo, é preciso que seja prioridade o respeito à diferença. Assim, seja de *hijab* ou de cabelos longos e saias no joelho, essas mulheres precisam ser respeitadas em suas escolhas, em suas singularidades, em seus direitos.

Por fim, gostaríamos de salientar a satisfação por ter escolhido um tema de estudo pouco comum e que acabou por se mostrar como um interessante ponto de interlocução com os estudos de gênero, feminismos e estudos sobre religião. Os discursos examinados permitiram vislumbrar o evidente lugar do cabelo como um marcador social. A forma como se relacionam com seus cabelos e os significados a eles atribuídos trouxeram evidências do cabelo como um fator que participa da sua constituição como mulher, especialmente como uma mulher que se identifica como evangélica ou muçulmana. Dessa forma, olhar o lugar dos cabelos nessas religiões nos permitiu uma aproximação de discussões vinculadas tanto a disputas políticas, éticas e estéticas quanto ao lugar das mulheres, seus direitos e lutas sociais.

### Referências bibliográficas

ALCORÃO. Português. *O Alcorão Sagrado*. Tradução de Samir El Hayek. Foz do Iguaçu: Centro Cultural Beneficente Árabe Islâmico de Foz do Iguaçu, 2006. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLris/alcorao.html>

BALLOUSSIER, A. V. Evangélicos podem desbancar católicos no Brasil em pouco mais de uma década. *Folha de São Paulo*, Rio de Janeiro, 14, jan. 2020. Disponível em:





<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/evangelicos-podem-desbancar-caticos-no-brasil-em-pouco-mais-de-uma-decada.shtml>

BARBOSA, F. C; PAIVA, C. M. Sexo/prazer no Islam é devoção. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, p. 198-223, dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872017v37n3cap08>

BASSANEZI, C. Mulheres dos Anos Dourados. In: DELL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

BÍBLIA. Português. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

BRAZ, P. L. A. *O corpo santo: construção e performance do corpo religioso das mulheres da Congregação Cristã no Brasil*. 2015. 143f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27667>

\_\_\_\_\_. Rituais da Igreja do Véu: uma breve etnografia sobre os principais costumes e práticas da Congregação Cristã no Brasil. *Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, v. 4, n. 2, p. 91-111, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/view/231676>

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CASTRO, C. M; VILELA, E. M. Muçulmanos no Brasil: uma análise socioeconômica e demográfica a partir do Censo 2010. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 39, n 1, p. 170-197, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n1cap08>

CEZAR, M. S. A estética como comprovação da devoção. *dObra[s]*, v.4, n. 10, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26563/dobras.v4i10.190>

CHAGAS, G. F; MEZABARBA, S. Beleza oculta: recato e estilo nas vestimentas das mulheres muçulmanas no Brasil. *VI Encontro Nacional de Estudos do Consumo*. Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, M. O. E. Entre madeixas, véus e saias: paradigmas do feminino na Congregação Cristã no Brasil. *Mandrágora*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 81-107, 2016.

CUNHA, F. O. B. *Véus sobre a Rua Halfeld: um estudo sobre as mulheres muçulmanas da Mesquita de Juiz de Fora e o uso do véu*. 2006. 145f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/4727>

ESPÍNOLA, C. V. O véu debaixo da linha do Equador: as mulheres da comunidade islâmica de Florianópolis. In *Genealogias do silêncio*. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 131-152, 2004.

FERNANDES, F. B. M. Assassinatos de travestis e "pais de santo" no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 37,



n. 98, p. 485-492, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-11042013000300012>

GIUMBELLI, E. (Org.). *Religião e sexualidade: convicções e responsabilidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GROFF, A. R; MAHEIRIE, K; ZANELLA, A. V. Constituição do(a) pesquisador(a) em ciências humanas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, p. 97-103, 2010. Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672010000100011&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000100011&lng=pt&tlng=pt)

GUGLIELMONI, R. A. S. Religião e relações de gênero: Igrejas Evangélicas fundadas por mulheres na região industrial de Contagem, Minas Gerais. *Horizonte - Revista De Estudos De Teologia E Ciências Da Religião*, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1701-1703, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2015v13n39p1701>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). *Censo demográfico*, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>

KILIÇBAY, B., & BINARK, M. Consumer Culture, Islam and the Politics of Lifestyle: Fashion for Veiling in Contemporary Turkey. *European Journal of Communication*, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, v. 17, n. 4, p. 495–511, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/02673231020170040601>

MACHADO, M. Corpo e Moralidade Sexual em Grupos Religiosos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 7-27, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16910/15474>

\_\_\_\_\_. Representações e Relações de Gênero nos Grupos Pentecostais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 387-396, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X200500020013/7839>

MIGUEL, R. D. B. P. *A revista Capricho como um lugar de memória (décadas de 1950 a 1960)*. 2009. 260f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/92989>

OLIVEIRA, N. A. S. Representações da beleza feminina na imprensa: uma leitura a partir das páginas de O Cruzeiro, Cláudia e Nova (1960/1970). In S. B. FUNCK; N. WILDHOLZER (Orgs.). *Gênero em discursos da mídia*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

ORTNER, S. *Making gender: the politics and erotics of culture*. Boston: Beacon Press, 1996.

PAIVA, C. M. *As mulheres, os perfumes e as preces: um olhar simbólico sobre a sexualidade no Islã*. 2018. 147f. Dissertação (Mestrado em Psicologia, Processos Culturais e Subjetivação) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto. 2018. Disponível em:

[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59142/tde-04102018-102255/publico/dissertacao\\_corrigeida.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59142/tde-04102018-102255/publico/dissertacao_corrigeida.pdf)

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In F. GADET; T. HAK (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*, 3a ed., pp. 61-161. São Paulo: Unicamp, 1997.

QUINTÃO, A. M. P. *O que ela tem na cabeça?* Um estudo sobre o cabelo como performance identitária. 2013. 197f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, Niterói. 2013. Disponível em: [http://ppgantropologia.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/16/2016/07/O-QUE-ELA-TEM-NA-CABECA\\_-Um-estudo-sobre-o-cabelo-como-performance-identitaria.pdf](http://ppgantropologia.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/16/2016/07/O-QUE-ELA-TEM-NA-CABECA_-Um-estudo-sobre-o-cabelo-como-performance-identitaria.pdf)

RIGONI, A. C. C; PRODÓCIMO, E. Corpo e religião: marcas da educação evangélica no corpo feminino. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 227-243, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32892013000100017>

ROSADO-NUNES, M. Gênero e Religião. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 363-365, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X200500020010>

SANT'ANNA, D. B. *Políticas do corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

SERRANO-BARQUÍN, *et al.* Estereótipos de gênero que fomentan violencia simbólica: desnudez y cabellera. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 3, set. 2018. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n344848>

SOUZA, S. D. Mulheres evangélicas na política: tensionamentos entre o público e o privado. *Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1261-1295, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2015v13n39p1261>

SYNNOTT, A. *The body social*. New York: Taylor & Francis e-Library, 2002.